



**ACTA Nº: 5 – Sessão ordinária da
Assembleia Municipal, realizada no dia
17 de Dezembro de 2004**

Pelas nove horas, do dia dezassete do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária nº: 5 da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e situação financeira da autarquia;
3. Proposta de documentos previsionais para o ano económico de 2005, Opções do Plano e Proposta do Orçamento;
4. Empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante máximo de 655.000.00 euros, destinado a financiar projectos com comparticipação de fundos comunitários, conforme enquadramento constante do despacho conjunto n.º: 177/2004, dos Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente/ Acta de abertura das propostas/ acta de análise das propostas/ proposta de adjudicação do empréstimo;
5. Proposta de alteração ao quadro de pessoal privativo do Município de Montalegre.

Passou-se ao registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta e cinco membros. Não compareceram à chamada os deputados Bernardino Rui Alves Pereira, Manuel Dias Baptista, Adelina Maria Teixeira Rodrigues Félix, Jorge Araújo Fernandes, Alexandre Dionísio Silva Antunes, António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal justificaram a falta à sessão do dia 30 de Setembro de 2004 os deputados António Duarte Barroso Soutinho, Angélica Rosa Alves Lima Andrade, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Albino José Ribas, Manuel Dias Batista, Fernando Gonçalves de Moura, Luís Filipe Lopes Afonso Carril, José Domingos Silva Ferrage e Paulo Jorge Dias Barroso.

Não justificaram a falta à sessão do dia 30 de Setembro de 2004 os deputados António Gregório Azevedo Dias, Pedro Nuno da Cruz Giesteira, Nelson Tiago Antunes Rodrigues e António Gonçalves de Araújo

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração e votação, tendo o deputado António Cascais apresentado algumas correcções. Disse que a acta tem deficiências graves e que na página 15 é desvirtuado aquilo que foi dito e isso verificava-se na votação. Foi

transcrito que o deputado concordava com o empréstimo e não concordava com a adjudicação e não foi isso que ele disse, foi precisamente o contrário.

Disse ainda que, na página 17, ponto 5, parágrafo 3º, também o sentido está confuso e está totalmente diferente daquilo que foi dito na assembleia anterior. Nunca propôs um voto contra a fixação das taxas e isso vê-se pela votação pois a proposta foi aprovada por unanimidade. O que queria dizer é que lhe parece desajustado, a diferença entre a taxa máxima e a mínima, entre 0,3 e 0,8.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com sete abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados: António Cascais, Domingos Vasconcelos, João Soares, Francisco Surreira, Amadeu Fortunas, Luís Carril, Fernando Calvão, João Fecheira e José Acácio.

O deputado António Cascais começou por dizer que, após a última assembleia, passados alguns dias, suscitou-lhe alguma curiosidade alguns comentários de um escriba. Disse que, segundo a sua intuição, o dito escriba o estaria a ouvir e daí dizer o que disse para que as pessoas, ao transmitirem informações, o fizessem com paixão e não com o intuito de desonestidade. E isto vinha no seguimento do que se escreveu nos órgãos de comunicação social cá da terra, ou seja, o piorio da bancada do PSD. Salientou que isso pouco os afectava pois tais comentários vêm de pessoas que têm uma postura na vida que mais se confunde como contadores de mentiras do que com aquilo que deveriam fazer, se é que têm tendência, apetência ou vontade para ser jornalistas e tudo isto no seguimento do facto de se terem calado aos desafios que lhes foram aqui feitos, tentando dar a sua melhor colaboração dentro do que podem e sabem. Referiu que provavelmente o escriba vai aparecer dentro de alguns meses, mas isso não interessa. Isso é apenas entroito para esta assembleia.

O deputado António Cascais lembrou ao Senhor Presidente da Assembleia que, a partir de dado momento, as sessões das assembleias passaram a ser gravadas e, por causa desses escritos desse jornalista, pensa que há a necessidade de obter um relatório gravado das sessões da assembleia. Disse que o regimento da Assembleia não prevê a transição da gravação das assembleias, mas pôs à consideração a legitimidade de os partidos políticos, através dos seus representantes, obterem uma cópia dessa gravação. Disse que o regimento é omissivo e se porventura o Senhor Presidente da Assembleia, no seu superior critério, entender que não deve dar, agradecia que se pudesse introduzir uma proposta de alteração ao regimento a ser agendada para a próxima assembleia.

Após alguma críspação e algum falatório, que tem vindo na imprensa, relacionados com a construção do quartel dos bombeiros de Salto, disse que tem estado a acompanhar o assunto dentro do que lhe é permitido, por informações jornalísticas e por pessoas bem posicionadas para poder dá-las com algum grau de fidelidade e serenidade pois entende que o assunto deveria ser tratado com descrição por forma a que as coisas sejam levadas a bom porto. Depois de ter verificado alguns toques e indirectas que foram dadas na última assembleia, e como as palavras não lhe entram por um ouvido e lhe saem por outro, esteve atento ao assunto e verificou o burburinho e azáfama que a dita construção causou. E, após alguma postura menos elegante de algumas entidades pois entende que não é com ameaças precipitadas que se conseguem as coisas, verificou-se que ter-se-á chegado a bom porto.



Referiu que, no passado dia 10, o acto formal da assinatura do protocolo, falhou por indisponibilidade ou por não comparência do Secretário de Estado que teria combinado a sua vinda a Salto para a dita assinatura por forma a lançar o concurso para a construção do quartel. Manifestou a discordância com o facto, mas referiu que se viveu um problema de nível nacional com a demissão do Presidente Nacional do Serviço de Bombeiros. No entanto, e daí a contestação e indignação do PSD, pelo facto deste processo ter vindo a ser arrastado há algum tempo, o Secretário de Estado podia ter-se feito representar por alguém da área do Governo. Julga poder estar em condições de garantir que tudo isto valeu a pena, pois os bombeiros de Salto vão ter quartel, uma vez que as verbas do Governo central estão desbloqueadas e tudo pronto para a assinatura do protocolo. Quanto mais não seja, valeu a pena pois, aproveitando a presença de alguns convidados no momento como os representantes locais, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara que aproveitou ao máximo para esticar a sua posição e as suas críticas ao Secretário de Estado e ao actual governo, o senhor Presidente da Câmara facilmente prometeu que com ou sem ajuda do Governo, os bombeiros de Salto irão ter quartel. Só é pena que esta atitude não tivesse sido tomada há 10 anos.

O deputado Domingos Vasconcelos falou de uma suspeita no abastecimento de água em Vila Nova- Sidrós e Bairro. Foi confrontado com algumas pessoas a fazerem perguntas sobre o assunto. Disse que se suspeitava que a água estava contaminada e que gostava que o Senhor Presidente da Câmara informasse a Assembleia se é verdade ou não. Disse que, se é verdade, é um caso muito grave. A Câmara deveria informar os munícipes que lá habitam para que não consumissem água. Por isso, exige-se uma informação concreta pois, ainda há tempos, numa freguesia do concelho de Ponte de Lima, pessoas morreram por causa da água. Perante isto, exige-se uma resposta verdadeira e de quando é a última análise feita à água desses três lugares.

O deputado João Soares disse que não pediu a palavra para falar dos bombeiros de Salto, mas congratula-se com aquilo que foi dito na Assembleia e que é o reconhecimento de que algo correu mal no anúncio da vinda do Secretário de Estado a este concelho para um acto formal num processo de construção do quartel dos bombeiros e que, pela segunda vez, não compareceu.

Este assunto não foi bem conduzido pelo Senhor Secretário de Estado e isso é um facto. A vinda não se ter concretizado merecia uma explicação e já passaram oito dias e ainda não há nenhuma explicação para esta ausência. Adivinha-se que são os problemas e as turbulências que têm ocorrido lá para baixo, nomeadamente a demissão do Presidente dos Bombeiros e Protecção Civil. Disse que fica a aguardar, uma vez que o Secretário de Estado prometeu vir cá até ao final do ano.

O assunto que o levou a pedir a palavra foi um outro facto que recentemente fez notícia e prende-se com o envolvimento do Presidente da Junta de Padornelos num caso de cedência de terrenos. Transmitiu a sua solidariedade e a do PS ao camarada Presidente da Junta. Este merece a solidariedade do PS, bem como a dos colegas Presidentes de Junta, pois este caso mais parece um caso de ataque pessoal e político, porque há pessoas que votaram a favor da cedência de terrenos e a seguir apareceram instrumentalizadas para dizer o contrário. Por isso, pensa que todos aqueles que estão à frente dos destinos das Juntas de Freguesia, não por interesse pessoal, mas a bem da comunidade que dirigem e representam, devem ignorar certas coisas para o bem da freguesia, uma vez que se trata da criação de mais postos de trabalho, criação de emprego e é nessa óptica que ele vê este caso. Fez um apelo aos Presidentes de Junta para que pusessem a mão na consciência.

O deputado Francisco Surreira fez um pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que tome providências urgentes em relação ao problema dos cães vadios.

O deputado Amadeu Fortunas falou de um assunto, que se arrasta do tempo do Governo do Dr. Durão Barroso, que é o problema dos taxis. Disse que, nessa altura, foi dito pelo Governo que os taxistas deviam constituir sociedades porque estavam sujeitos a ficarem sem a própria licença, ao falecer o titular. Assim, os taxistas constituíram sociedades e apareceu um imposto chamado PEC, que todos os taxistas têm que pagar, no valor de 250 contos e apareceu então, o Presidente da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, a falar mal desta medida do Governo. Desta forma, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual a sua opinião e posição sobre este assunto.

Para além deste assunto, agradeceu à Câmara a pintura da estrada Ferral- Cambedo.

O deputado Luís Carril alertou a Câmara para o facto de se terem verificado algumas anomalias no abastecimento de água na freguesia de Salto, principalmente na vila, saindo a água com tons acastanhados, e não se provando contaminada, no melhor estado não está.

Fez outro alerta sobre o que o deputado João Soares disse em relação aos baldios. Entre autarcas deve-se ser solidário, mas tendo sempre em conta o Dec. Lei 68/93, de 4 de Setembro porque, embora se esteja a favor do desenvolvimento da freguesia, deve-se evitar algumas ilegalidades, pelo menos grosseiras.

O deputado Fernando Calvão colocou uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e que se prende com uma informação que recebeu acerca da demolição das casas do Cerrado. Perguntou se a Câmara já pensou em adquirir essas casas pois é notório que o município tem algumas carências em espaços museológicos e essas casas seriam o local ideal para uma estrutura desse tipo. Pensa ser necessária uma intervenção arqueológica em todo o concelho. Existem muitos locais que nunca foram intervencionados e se calhar era possível recolher um espólio arqueológico interessante e ter-se-ia um edifício digno para isso e dessa forma reter mais um pouco de tempo os visitantes que por aqui passam.

O deputado João Fecheira disse que tem sido confrontado todos os dias pela população de Bustelo para o estado da estrada Pisões- Lamas que cada vez tem mais buracos, que são tapados tardiamente e com pouca duração. Por isso, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para a recuperação daquela estrada neste próximo ano. Pediu para que se tapassem os buracos existentes e perguntou o motivo pelo qual o caminho rural Vila da Ponte- Bustelo não tem conclusão à vista, uma vez que está sem qualquer tipo de intervenção há mais de 4 ou 5 anos e porque é que a Câmara não tem a força de vontade para a sua conclusão como tem para com outros casos idênticos.

O deputado José Acácio deixou um alerta à Câmara, primeiro por causa de uma lomba que foi posta junto ao restaurante Nevada. Julga que, para o efeito que ela foi criada, não está a funcionar, pois há uma abertura para o loteamento da Cooperativa e se não a colocarem uns metros atrás, terão que colocar um sinal de proibição pois os camiões fazem esse pequeno desvio.

Em segundo lugar, por causa dos transportes de materiais de construção pois, percorrendo o concelho vêem-se blocos e telhas partidas no meio da estrada. Ainda há dias houve um acidente na vila e era de alertar os armazenistas e empreiteiros pois não

querem perder 5 minutos a prenderem as cargas e as Juntas de Freguesia andam a limpar as estradas e eles a espalhar o entulho pelas valetas.

Em terceiro lugar felicitou a Câmara e o empreiteiro, do qual não sabe o nome, mas que sabe que é cá do concelho, pelo trabalho que anda a fazer na zona do rio. Poucos são os empreiteiros que fazem tão bom trabalho pois, depois da máquina passar, tem o cuidado de limpar a areia.

O Senhor Presidente respondeu aos interpelantes deixando, no início da sua intervenção, a solidariedade da Câmara ao Presidente da Junta de Padornelos. Pensa que, neste caso, merece solidariedade o Presidente da Junta de Padornelos como mereceria qualquer outro. Quando a política ultrapassa os limites, tem que ter a reprovção dos homens de coragem e é lamentável que um assunto, que é pratica corrente nas nossas Juntas de Freguesia, as quais se preocupam em atrair investimentos, em fixar pessoas, em criar desenvolvimento, leve a ataques pessoais e políticos. Há muitas maneiras de fazer política e esta é a pior que há. É claro que muitas vezes se simplificam processos, mas tendo atenção às obrigações legais, de forma a tornar as coisas mais práticas, mas não vem daí prejuízo público, como não vem neste caso concreto, pois se fossemos ver as casas deste concelho que foram feitas no baldio, os problemas que se teriam. Neste caso, como em outros, os Presidentes de Junta têm a solidariedade do Presidente da Câmara quando estes praticam actos que são favoráveis à sua freguesia pois está primeiro a substância do que está a forma, embora tudo seja importante. Recomenda que a forma e a lei se cumpram, mas não deixou de lamentar o triste espectáculo, contra a nossa terra, contra autarcas e uma cena política triste.

O deputado António Cascais, e à semelhança do PSD Nacional, queixou-se, queixam-se da comunicação social e dos jornalistas, de tudo.

Em relação aos bombeiros de Salto disse, que as pessoas não são ingénuas para acreditar que não há relações pessoais, políticas e partidárias que ajudam a resolver os problemas. Toda a gente sabe que há relações políticas que fazem andar processos mais depressa e também se sabe que, quando essas relações existem, é normal que se estabeleçam laços de algum aproveitamento político/ partidário, mas pensa que este processo do quartel já ultrapassou todas as normas e regras e, quando se chega a este ponto as pessoas só devem é lamentar e reprovar pois utilizar os bombeiros para fazer política partidária seria a última coisa que se devia fazer.

Os membros do Governo devem saber que estão investidos de poder de Estado, devem saber exercer esses poderes e ter respeito pelas funções que o povo lhes confiou. Neste caso, o Governo cometeu uma das maiores faltas de respeito para com quem votou nele, na freguesia de Salto, para com quem votou nele no concelho de Montalegre.

Disse que a Câmara lançou o projecto, pagou o terreno, encaminhou todo o processo e que fez todas as alterações que foram pedidas de forma a que pudesse estar em condições de ser aprovado. A Câmara transferiu 150 mil euros para a direcção dos bombeiros de Salto e afirmou que não tinha dito há quinze dias que, com ou sem dinheiros do Governo, a obra avançava, disse-o q pelo menos há um ano. Não o disse por oportunismo político, pela situação que se criou pelo facto do Secretário de Estado não ter vindo, apenas disse o que já tinha dito há um ano. Espera que o processo se resolva rapidamente e lamenta que o Secretário de Estado, membro do Governo, tenha representantes aqui em Montalegre, do próprio PSD, que parece que falam por ele, tal é a promiscuidade Governo/ Partido.

O deputado Domingos Vasconcelos falou da água de Vila Nova e em relação a isso disse que não há nenhum conhecimento concreto, embora já se tivesse pedido à EDP a informação sobre as análises que esta empresa possui, mas ainda não se obteve

nenhuma resposta. No entanto, tem-se a indicação de que a água do Bairro de Vila Nova poderá não estar nas melhores condições, tendo já sido tomadas providências, nomeadamente uma intervenção de desinfecção. A água de Vila Nova é igual à que sempre foi e, tendo alguma anomalia, decerto que não é grave, embora hoje haja exigências com a qualidade da água que não se praticavam anteriormente, o que nos obriga a análises permanentes, intervenções na rede, nos depósitos e instalação de sistemas de desinfecção que se estão a montar por todo o concelho. De qualquer forma, não deixa de estar atento, mas deixou bem claro que não há motivo para alarme.

Em relação aos cães vadios, concordou com o deputado Francisco Surreira pois é lamentável ver o triste espectáculo: assistir às batidas e ver toda a gente a boicotar a recolha, e toda a gente critica. De qualquer maneira, têm-se feitos capturas, mas há uma dificuldade pratica em fazer esse serviço. Concorda que tem de se insistir e levar a cabo esta tarefa.

Sobre os taxis, disse que há responsabilidades do Governo que cabem ao Governo e há responsabilidades da Câmara que cabem à Câmara. Disse que é da opinião que cada um deve cumprir as suas. Por isso, os taxistas devem pedir responsabilidades a quem tem essas competências e sobretudo a quem fez promessas.

O deputado Carril falou da água de Salto e o Senhor Presidente da Câmara disse que é provável que haja alterações pontuais no sistema de água de Salto porque tem-se vindo a fazer alterações e correcções, meter válvulas, fazer ligações da canalização, substituir troços pequenos de conduta e introduzir um sistema novo de bombagem no depósito da zona industrial. Os sistemas de bombas foram testados, verificados todos os equipamentos, sendo de realçar que são dos equipamentos mais sofisticados e modernos. Com todas estas intervenções, num caso ou noutro, pode haver infiltrações de terra na conduta e provocar, momentaneamente, uma turbação no abastecimento.

Sobre as sugestões que o deputado Luís Carril deu, disse que já está habituado e não o surpreende o facto deste dar a sugestão de montar na casa do Capitão o Núcleo do Ecomuseu agora que se está a montar esse núcleo do Ecomuseu de Salto, com atendimento público e serviços da Câmara.

Disse que, quando se iniciou o processo do projecto do Cerrado, era da opinião que uma praça interior que o cerrado vai ter devia ficar ligada à praça do município, mas depois recolheram-se várias opiniões técnicas e não técnicas da opinião pública e verificaram-se alguns conflitos. A primeira opinião era a de que ia haver intervenção no domínio público, mas não foi essa a razão que o demoveu. O promotor estava disposto a fazer uma intervenção de ligação daquela praça em escadario para a nova praça do cerrado, o espaço continuava público, não havia benefício para o promotor, havia sim um benefício público, mas, depois de se ponderar bem, entendeu-se que tinha que se arranjar uma situação de equilíbrio, mantendo a praça do novo Cerrado, fazer uma ligação mais modesta à praça do Município, e em vez de demolir as duas casas, demolir a casa mais recente. Foi uma solução técnica, resultante da opinião pública, também por alguma pressão pela história e memória da vila que se devem preservar. A hipótese da Câmara adquirir este espaço nobre para um serviço da autarquia não era um disparate, não só pela ligação à Câmara, mas também pela sua própria proximidade a nível de localização. Mas referiu que não era intenção da Câmara a compra desse edifício, pois já se está a projectar um investimento, que é o arquivo municipal, que é uma infraestrutura que já muitos concelhos têm e optou-se por fazer a ligação da garagem da Câmara à Biblioteca, remodelar aquele edifício, tendo uma justificação mais plausível, pois há um aproveitamento de espaços e melhor gestão de pessoal. O espaço da garagem vai ser aproveitado num projecto, que já está a ser desenvolvido, de ampliação

do edifício da Câmara e de alteração do parque de estacionamento dos carvalhos da Praça Luís de Camões.

Foi aqui referido que, em tempos, o Director da Segurança Social estava disposto a fazer investimentos aqui em Montalegre, com o intuito de construir um edifício para a Segurança Social, mas nesta altura em que se vende património, poucas hipóteses temos de construir o dito edifício da segurança social. A Câmara disse que não dava dinheiro para a aquisição desse edifício, mas é um serviço público. Se tiver instalações novas, valoriza a vila, cria novas dinâmicas e se houver possibilidades desse investimento se vir a concretizar, a Câmara deve admitir a possibilidade de colaboração, nomeadamente na disponibilização de um terreno, um espaço que poderia ser o Cerrado ou outro qualquer, mas não está na ordem do dia pois a Câmara está comprometida com investimentos a curto prazo que não lhe permitem fazer esse tipo de investimentos, mas fica receptivo a soluções a médio prazo.

O deputado Fecheira disse que a estrada de Bustelo é uma necessidade e o Senhor Presidente da Câmara disse que esta obra está enquadrada na lista de prioridades que são feitas a seu tempo e, sendo uma prioridade, vai ser cumprida. Disse que não havia dinheiro e possibilidades de fazer tudo e ao mesmo tempo e, assim sendo, tem outras prioridades, mas assim que se puder vai ser feita.

Referiu que o que o deputado Fecheira disse sobre o caminho Bustelo/ Vila da Ponte é tolerável, mas o deputado sabe que se fizeram bastantes trabalhos, que o projecto está pronto e que o processo está em andamento, aguardando-se aprovação de candidatura.

O deputado José Acácio falou da lomba da fronteira e tem toda a razão. Disse que a Câmara foi fintada com a entrada para o loteamento e disse que tem que se pôr a passadeira e a lomba mais atrás para que os camiões, que entram ali a grande velocidade, tenham ali uma barreira e haja uma paragem obrigatória porque é das zonas mais perigosas da Vila.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Fernando Calvão e Luís Carril.

O deputado António Cascais disse que já está habituado, no exercício da actividade política, a que o Senhor Presidente da Câmara diga que ele disse aquilo que não disse, mas que honrá-lo-ia ser emissário de um Secretário de Estado, mas não o pode fazer porque não tem condições para tal. O que realmente disse foi que, quando um Secretário de Estado se prepara para assinar um protocolo, quer isso dizer que as verbas estão desbloqueadas, pelo que se poderá inferir que há esse desbloqueamento de verbas para o quartel dos bombeiros de Salto.

Ao dizer que se queixa de tudo, nomeadamente dos jornalistas referiu que cabia ao Senhor Presidente da Câmara dizer que não se queixa deles pois faz propaganda política e invade as caixas dos correios com propaganda que todos nós pagamos, como o boletim informativo, para não falar de jornais que, em qualquer acto público, lá têm o seu fotógrafo particular e ao qual também todos nós pagamos e uma rádio local. Disse que não se queixa disso pois sabe o reino em que vive.

Relativamente aos bombeiros de Salto, estranha que só agora se falasse sobre isto pois o Senhor Presidente da Câmara já o prometeu há vários anos, nomeadamente num documento de 1999 no qual dizia que já lhe atribuía uma verba de 170 mil contos e isso fê-lo no acto de uma campanha eleitoral, e para além do mais, nesse período o Governo da nação pertencia ao PS, perguntando se os socialistas de Salto não mereciam a solidariedade dos socialistas de Montalegre.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que afinal não havia apenas suspeitas, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que a água estava contaminada, embora tivesse que ser a EDP a fazer essas análises e, pelo que se verificou, a Câmara não se preocupou em informar a população. Disse que havia lá uma escola e que, por acaso, as crianças já foram proibidas de beber aquela água. Referiu que uma forma simples de informar a população era o Presidente da Câmara manifestar solidariedade com o Presidente da Junta de Ferral, informando-o de forma a que ele informasse a população. Disse que a partir daquele dia toda a gente ficou a saber que a água está contaminada, e se houvesse algum problema o responsável era o Presidente da Câmara.

O deputado Fernando Calvão informou que a delegação de saúde não tem conhecimento oficial de água contaminada no concelho e perante o que foi dito, também a delegação de saúde tem que tomar medidas.

Em relação às casas do Cerrado, disse que a Câmara deve tomar medidas pois, depois do erro histórico de não se ter adquirido o Cerrado integralmente, pelo menos que se adquiram as casas pois estas são do início de século, com tanto ou mais valor que a casa do Cerrado pois esta foi intervencionada há pouco tempo, pelo que, em termos arquitectónicos, o seu valor é pouco.

Informou a Assembleia que no 1º quartel do século XIX muitos castelos foram demolidos e o castelo de Guimarães não o foi pois foi salvo por um voto na Assembleia Municipal. Desta forma, é importante que esta Câmara se dedique à manutenção do património e à cultura, aproveitando as oportunidades enquanto é tempo, pois não temos um espaço tão nobre para um museu.

O deputado Luís Carril referiu que o Presidente da Câmara disse que já tinha feito tudo, nomeadamente que iria constituir uma dependência em Salto, mas ele, como membro desta Assembleia e Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia de Salto, nunca o ouviu e nunca foram informados. Disse que não tem de o ser mas, como deputado desta Assembleia, permite-lhe apresentar a seguinte proposta:

“Senhor Presidente e Senhores Deputados da Assembleia,

A freguesia de Salto situa-se numa extremidade do concelho de Montalegre, distando cerca de 30 a 40 km da sede de concelho.

Sendo a freguesia mais populosa do concelho e uma das que menos população perdeu nos últimos dez anos (dados dos últimos censos), os seus habitantes têm sobre si o ónus de deslocações obrigatórias para o tratamento dos assuntos burocráticos e do cumprimento das suas obrigações, a maior parte delas relacionadas com esta Câmara Municipal. De referir que a acrescentar a isto os meios de transporte público em nada favorecem estas deslocações.

O reconhecimento da dimensão de Salto foi outorgado pela elevação a Vila, sem que isso tenha trazido correspondente instalação de serviços públicos.

Com vista a atenuar sacrifícios à sua população, proponho, ao abrigo do estabelecido no regimento desta Assembleia, como recomendação à Câmara que esta proceda à instalação na Vila de Salto de um posto de atendimento público com a finalidade de servir a população nos serviços de maior procura, nomeadamente informações, obtenção de licenças, contratualização de serviços e pagamento de contribuições ou taxas.

Montalegre, 17 de Dezembro de 2004.

Assina, Luís Carril.”

Aproveitou para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que tem razão quando diz que só pede as coisas quando o Presidente diz que as vai fazer. Mas, e falando da estrada da Borralha, o Presidente bem disse que a ia fazer, mas já tinham passados seis anos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes dizendo que está para sair outra revista municipal com a informação de grandes obras e projectos para o concelho e, se se aborrecem em saber o que é que a Câmara faz e o que a Câmara projecta, vão-se aborrecer mais vezes. Mas informar e dar a conhecer o trabalho é prestar contas ao povo.

Sobre o quartel dos bombeiros salientou que não queria dizer mais nada pois esqueceram-se que foi com o Governo do PS que se celebrou um protocolo que envolvia a Câmara, o Serviço Nacional de Bombeiros, o Ministro da Administração Interna e a própria Associação e que depois o Governo do PSD, durante estas três anos, não cumpriu.

Disse que se admirava como é que o deputado Carril agora se preocupa tanto com o quartel e quando foi membro da direcção dessa Associação, não se preocupou nada.

A Câmara cumpriu os seus compromissos, transferiu antecipadamente as verbas para a Associação dos Bombeiros de Salto e não o fez mais cedo porque a obra não estava em condições de avançar porque o Governo andou a brincar com as gentes de Montalegre, durante estes três anos.

O deputado Domingos Vasconcelos andou a lançar os boatos na freguesia e foi através desses boatos que a Câmara soube que a água estava imprópria. Se o tem feito directamente à Câmara, podiam-se resolver os problemas mais depressa. A água não está contaminada, estará imprópria para consumo, por não cumprir todos os parâmetros, como estão muitas no concelho, mas somos pessoas responsáveis que sabemos que, mesmo não cumprindo todos os parâmetros, não afecta a saúde pública pelo consumo temporário reduzido. A Câmara tem um controle cada vez maior das águas e o que o deputado Domingos Vasconcelos quer é fazer propaganda alarmista em vez de avisar a Câmara.

O Dr. Calvão falou do erro histórico da não aquisição do Cerrado mas por acaso, o PSD tem votado contra todos os empréstimos que a Câmara pede e, pelos vistos, estava disposto a dar um milhão de contos pelo Cerrado. A irresponsabilidade do PSD é deste tamanho. Iniciaram-se as conversações com os proprietários do Cerrado, esteve para se comprar o Cerrado por 220 mil contos, ainda com o Dr. Pires, selou-se o acordo e passados 4 ou 5 dias o Cerrado já não era vendido, por interesse dos proprietários na nova lei. Tinha que ser expropriado, por estar incluído no PDM. O problema foi ter surgido uma lei de expropriações que passou do oito ao oitenta. A Câmara não tinha possibilidade nenhuma de o adquirir e o PSD continua a fazer demagogia. E se se comprasse o Cerrado e, por consequência houvesse endividamento, o que se fazia com 4 hectares da zona da feira? Um horto de plantas carnívoras como sugeriu um líder local do PSD? Isto é uma atitude ridícula e é de quem não sabe assumir responsabilidades de gestão, de quem não sabe fazer um desenvolvimento harmonioso do concelho, de quem não sabe gerir financeiramente uma Câmara Municipal garantindo a sua saúde para os próximos anos. Disse que seria uma desgraça se se desse um milhão de contos pelo Cerrado porque, com esse dinheiro, avançou-se com as piscinas para outra localização, não se pagou expropriações de terrenos, avançou-se com o projecto da zona do rio e, se assim não fosse, a Câmara não tinha dinheiro para tanta obra. Disse que se pensou muito até se chegar a esta conclusão e está convencido que é a solução económica mais válida e mais correcta em termos de interesse para a Vila. Até porque o Cerrado vai-se desenvolver por um privado.

Disse ainda que desvalorizar o investimento do Multiusos é a maior irresponsabilidade histórica que o PSD vai cometer e pela qual vai ser responsabilizado pois vai ser um local dinamizador do centro da Vila.

Sobre o Ecomuseu disse que há um projecto, que já foi adjudicado e aguarda a celebração do contrato, que vai fazer a maior recuperação urbanística nas casas do castelo, o melhor projecto que a Câmara já teve. É lá que vai ficar o núcleo central do Ecomuseu. É um espaço que vai ficar ligado às torres do castelo que também vão ser musealizadas. Vai ser o próprio IPPAR que vai fazer a musealização com exposições materiais referentes à história da Vila e do castelo. O Ecomuseu prevê esse espaço museológico, mas não é um museu tradicional, é um museu que vai criar um impacto muito maior, pois vai ter uma sala para exposições temporárias e outro espaço para um arquivo audiovisual, imagens, exposições de artesanato, aproveitando as novas tecnologias que dão outra beleza e outro atractivo, que apresentam o concelho a todo o mundo, em grandes ecrãs, onde o apelo ao visitante seduz automaticamente as pessoas com a qualidade e grandiosidade das imagens. Será uma obra do concelho, mas também da região, pois não há outro igual.

Sobre a estrada da Borralha disse que não brinca e, quando tem que dizer que não, diz que não, mesmo que seja em épocas difíceis e mesmo em épocas eleitorais. O deputado Luís Carril não se lembra que em cima das eleições foi a Salto e à Borralha dizer que não fazia a estrada da Borralha. Disse que devia ser atribuída grande coragem ao candidato em campanha por não fazer demagogia, por dizer que não havia dinheiro, por dizer que não havia possibilidades financeiras. Chegou a altura de a fazer e está feita.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer todo o expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e situação financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Proposta de documentos previsionais para o ano económico de 2005, Opções do Plano e Proposta do Orçamento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Luís Carril, Paulo Cruz e Fernando Calvão.

O deputado António Cascais disse que, de uma maneira geral, temos um Plano e um Orçamento de acordo com o que tem sido hábito do Senhor Presidente da Câmara que empola as verbas e receitas para trabalhar mais à vontade e assim fazer a gestão de bolso dos dinheiros da autarquia. Falou de números e disse que ficou espantado com as previsões de aumento de receita para o ano 2005, tem estado atento a planos e orçamentos de outros concelhos e confessa que o empolamento não tem vindo a ser desta natureza. Relativamente ao plano do ano passado, faz um empolamento de cerca de 16.5%, e se tivermos em conta que na conta de gerência de 2003 a Câmara arrecadou de receita um total de 16.473 mil euros, podemos dizer que o empolamento, então, ultrapassa os 80%.

Disse ainda que os dados que tem até ao dia 13/12/2004 dizem que a Câmara recebeu 14 milhões, 518 mil euros, pelo que, de 13/12/2004 até ao final do ano, não haverá uma variação assim tão significativa para que o Senhor Presidente da Câmara possa prever uma receita deste género. Disse que quando há diferenças desta natureza o Senhor Presidente da Câmara devia apresentá-las a esta Assembleia, nomeadamente os contratos-programa. Deviam ter justificada a assinatura desses protocolos existentes para se ter a ideia da verdade.

Falou de certos pormenores do plano, e nomeadamente na receita, há aumentos significativos, mas algumas delas não sabe onde o Presidente da Câmara as irá buscar. Nas receitas correntes, é suposto que sempre que se fala de receitas e despesas correntes haja um grau de previsibilidade muito mais acertado porque são despesas correntes, não há nada de extraordinário e é natural que essas variações, em termos percentuais, oscilem. Se esta Câmara, de receitas correntes, vai receber no fim do ano, 200 mil euros, vemos que o Presidente da Câmara prevê para 2005, 11 milhões e 115 mil euros. Há um aumento de receitas que não sabe onde as vai buscar.

Em rendimento de propriedade, o Presidente da Câmara prevê arrecadar 2 milhões 275 mil euros. Já se previa para o ano de 2004, 1 milhão e 20 mil euros e enganou-se porque só vai receber 160 mil euros e na conta de gerência de 2003 recebeu 220 mil euros, mas o Senhor Presidente da Câmara prevê ir buscar à EHATB 2 milhões de euros e o que talvez irá buscar é 150 mil euros. Disse que compreende que o Presidente da Câmara se tenha enganado porque a gestão da EHATB também lança legítimas suspeitas relativamente àquilo que se passa em termos de administração, principalmente em custos. Não se percebe como é que se organizam viagens ao estrangeiro, pagas pela EHATB para não pagar impostos. Os autarcas do Alto Tâmega andam a viajar para o estrangeiro sem se saber a fazer o quê, para além de haver uns subsídios que deixam algumas dúvidas e para além de haver intenções de pessoas cuja administração passará a ser vista com alguns aproveitamentos em termos de desempenhos de administração dos autarcas. Por tudo isto, compreende-se que a EHATB não possa distribuir os dividendos para a Câmara de Montalegre porque, quem gasta assim desta maneira, em vez de 750 mil euros arrecada apenas 50 mil.

Disse ainda que é natural que quem faz um empolamento de receitas o terá que ir buscar aqui e além e então procura todas as rubricas para ir empolando receitas. O mesmo se passa com o Albadia, embora não seja tão significativo, apenas tem uma diferença de 120 mil euros para 250 mil de previsão, apenas 100% em números absolutos.

Nas receitas para 2005, na venda de bens e serviços, 1 milhão 538 mil euros, o que se traduz num aumento de receita prevista de 19.6%, o que lhe parece que não se adequa ao grau de previsibilidade que esta rubrica deve impor. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara dispõe de informações que a Assembleia não tem e, portanto, devia esclarecer este assunto.

Em outras receitas correntes também vemos absurdos nomeadamente diferenças de 40% relativamente aquilo que vai receber este ano previsivelmente, dado que a conta de gerência ainda não fechou. Está-se a falar de receitas correntes, onde há significativos aumentos em relação ao histórico da Câmara. Nas receitas de capital também os aumentos são substantivos. Em vendas de investimento, temos um histórico na conta de gerência de 2003/2004 de 30 e 45 mil euros, o Senhor Presidente da Câmara prevê ir buscar verbas ao Estado e aos fundos autónomos de 14 milhões 317 mil euros, quando o ano passado foi buscar metade.

Nos passivos financeiros da Câmara, os empréstimos bancários também sofrem um aumento de 1 milhão e 136 mil euros.

Na senda daquilo que tem vindo a ser a gerência do Presidente da Câmara, disse que este plano e orçamento continua numa lógica e coerência despesistas. Disse que ficou espantado como é que o Senhor Presidente da Câmara prevê nas despesas correntes um aumento de 9 milhões 709 mil euros contra 6 milhões 200 mil euros. Há uma diferença de 30% nas despesas correntes e gostava de ver esclarecido o aumento com despesas de pessoal, um aumento correspondente a 22%. Disse que os funcionários da Câmara deviam ter o correspondente aumento de vencimentos, mas acha ser uma verba muito grande para aquilo que se refere como sendo previsível no aumento dos funcionários, para além do aumento na carreira.

Referiu que uma das coisas que lhe causou mais perplexidade na análise do Plano e Orçamento, em termos de despesas correntes, e até no geral, são as verbas que o Senhor Presidente da Câmara designa como "outros". Aparecem cabimentadas na respectiva cabimentação orgânica e económica em que se diz quais são as despesas, mas aparece abundantemente uma rubrica intitulada de "outros" com verbas pouco significativas. Disse que deve ser assim para que haja um equilíbrio de contas mas, como se depara com verbas como 665 mil euros, 940 mil, 230 mil, 310 mil, 124 mil euros, são verbas muito significativas para virem em "outros".

Sabe que poderá dar jeito à gestão orçamental de um autarca, à gestão de bolso, e estando em "outros", poderá caber em qualquer coisa, mas isto não é uma cabimentação com lógica orçamental.

Relativamente ao plano, disse que tem as opções que tem e grande parte das obras são transportadas de ano para ano, umas pela dimensão da obra e outras porque não se foi capaz de as executar.

Registou com agrado o investimento nas instalações escolares porque, de facto, é uma necessidade, não tanto pela qualidade dos interiores das salas, mas principalmente pelos equipamentos que permitam melhor utilização a nível dos vários escalões de idade porque só se é criança uma vez e algumas podem ficar marcadas por ter os recreios dentro das salas, diminuindo-lhes a capacidade de desenvolvimento.

Disse que gostava de ver outro tipo de investimento, numa acção mais concertada, na localidade de Vilar de Perdizes de forma a que essa zona do concelho seja mais puxada. Ressaltou a preocupação do Presidente da Câmara na dotação para as festas do concelho. São 110 mil euros e, por sinal, vêm mesmo a calhar pois logo a seguir são as eleições.

Face ao grau de imprevisibilidade de se conseguir este orçamento e ao histórico do Presidente da Câmara pois em termos de contas de gerência e de planos, há sempre um grande desvio que tem andado na casa dos 30 a 40%, com a última previsão, o desvio será muito maior.

Disse que o Presidente da Câmara tenta arranjar verbas onde provavelmente não as há para depois, ter alguma liberdade pessoal, em termos de Presidente de Câmara, para as suas opções mais convenientes em termos de alguma gestão político/ partidária das

obras no concelho. Sendo assim, o plano e orçamento não vão ser aquilo que está escrito pois é muito improvável que isso aconteça, daí a sua discordância.

O deputado António Ferreira disse que para falar pouco e se possível acertado, o plano lhe parece harmonioso para com todos. Em relação ao complexo escolar de Montalegre, disse que a Câmara tem investido muito nas instalações do 1º Ciclo, no entanto, o edifício apresenta-se degradado na sua parte exterior. Desta forma, recebe de muito bom grado o lançamento do complexo escolar de Montalegre para além de todas as obras constantes do Plano.

Sobre a gestão de bolso do Senhor Presidente da Câmara, disse que as obras que a Câmara faz e as alterações feitas ao plano vão todas à Assembleia para votação e aprovação. Sobre o aumento das receitas e sobre a disparidade entre estas e as despesas, disse que parece que o Presidente da Câmara anda a aprender alguma coisa com o Governo da Nação. A última que se sabe é que o governo propõe vender edifícios para depois os alugar, mas se o Senhor Presidente pretender vender ao desbarato, a exemplo do que faz o governo, o melhor é vender, sem concurso público. Se é um plano despesista, façam-se algumas correcções e alguns cortes. Pediu à bancada do PSD que dissesse o que querem ver cortado do plano e, maioritariamente, se chegará a um consenso. Mas como isso não é feito e como representa alguns eleitores, está satisfeito com o plano e desta forma Montalegre está no bom caminho pois é um dos planos que se aproxima mais da realidade. Esta é uma opinião que também é partilhada até mesmo pelos vereadores do PSD na Câmara Municipal.

Segundo a intervenção do deputado Cascais, a intenção da bancada do PSD é a de votarem contra o plano e, desta forma, pergunta em que concelho estamos a viver. Perguntou se afinal concordam ou não concordam com o plano, estão ou não em sintonia, vereadores com deputados da Assembleia Municipal.

Disse que, em parte, começa a dar razão ao celebre artigo publicado no Jornal Montalegrense.

O deputado Acácio Gonçalves entregou à Mesa da Assembleia, o seguinte documento:

“ Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Montalegre, Exmos Senhores Deputados: esta minha intervenção sobre o orçamento e plano na ordem de trabalhos, tem por finalidade uma análise pessoal e como membro do grupo municipal do CDS/PP nesta assembleia; tendo em atenção o que os oradores que me antecederam, com os quais em certos pontos concordo, embora a minha apreciação pelo que foi dito vá de acordo com o que o representante do grupo municipal do PPD/PSD, Sr. Cascais disse e que eu corroboro inteiramente, nomeadamente sobre o empolamento orçamental e eu aqui queria deixar um exemplo que é, entre muitos, notório e contraditório com a política do Senhor Presidente do Executivo: esse exemplo é no empolamento referente à receita corrente do Imposto Municipal Imóveis que na última assembleia foi dito na proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre que a aprovação as taxas 0,8% e 0,3% e após análise efectuada de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2004 constata-se que há uma diminuição da receita do IMI e até refere o valor de 64.110.01 Euros – 16,76%; pois aconteceu o inédito e contraditório o que prova o empolamento da receita senão veja-se IMI em 2004 arrecadou-se 71.015.49 Euros, IMI em 2005 prevê-se 405.400.00 Euros. O Senhor Presidente da Câmara acaba de concordar com o corolários da dita reforma governamental do PP/PSD que se resume em: maior justiça fiscal, maior transparência fiscal e incremento das receitas dos municípios.

Quanto à despesa corrente vou ser breve e fazer uma pequena referência às referências certas e permanentes que numa análise efectuada com referência a anos anteriores verificamos o seguinte:

2002 (ano após eleições)	-----	505.685.80 Euros
2003	-----	197.425.00 Euros
2004	-----	216.553.53 Euros
2005	----- Já sobe -----	230.000.00 Euros

e quanto a 2006, ano pós- eleitoral, e com os 24 novos quadros a criar hoje nesta assembleia como será?

Quanto à referência sobre os princípios e regras do POCAL (Fiabilidade da informação) as receitas, quando comprováveis com anos anteriores, são um absurdo.

As despesas são um verdadeiro festival gastronómico a que os barrosões bem intencionados e razoavelmente equilibrados devem contestar, senão vejamos:

Feira do Fumeiro	-----	50.000 Euros
Feira do Cabrito	-----	40.000 Euros
Feira da Vitela	-----	60.000 Euros
Feira do Prémio	-----	10.000 Euros
Feira do Prémio Salto	-----	5.000 Euros
Feira do Prémio Ferral	-----	2.500 Euros
Feira da Batata	-----	1.000 Euros
TOTAL	-----	168.500 Euros
Outras iniciativas	-----	25.000 Euros

Numa apreciação geral também verificamos haver neste orçamento e plano um verdadeiro “saco azul” encapotado de vermelho ao depararmos com decisões no plano como estas:

05/0407104 – outros apoios a outras	---	15.000.00 Euros
05/0407104 – outros apoios a outras	---	10.000.00 Euros
05/02022506 – outras iniciativas	-----	25.000.00 Euros

assim, não temos transparência nas contas públicas e verificação legal desta Assembleia, pelo que o nosso voto é contra.

Montalegre, 17 de Dezembro de 2004

Assina, Acácio Gonçalves”

O deputado Luís Carril disse que o seu colega Cascais já demonstrou que o plano está empolado. Há obras que estão no plano, que sabe, que não vão ser feitas. Disse que os deputados socialistas referiram que os deputados da bancada PSD não estão de acordo com os vereadores, o que é mentira, pois o PSD apresenta-se como uma força política que está em consonância nos vários níveis e justifica que o facto deste orçamento se aproximar mais da realidade não quer dizer que seja real. Se a diferença entre o real do orçamento anterior for de 80% e este for de 60%, aproxima-se mais do real mas difere 60% do real.

Em relação ao jornal que o deputado António Ferreira referiu disse que se se for analisar bem, a Câmara fez uma transferência para pagamento de publicidade a esse jornal poucos dias depois.

Sobre o plano, disse que os valores foram inflacionados e as prioridades não estão bem definidas. Disse que se nota que, nas obras mais estruturantes, as verbas não são afectas a 2005. Falou da freguesia de Salto e deu alguns exemplos. O Senhor Presidente falou no Parque Temático das Minas da Borralha, mas o deputado não viu nada e gostava que

o Presidente lhe dissesse quando é que foram lá e qual o resultado da visita. Disse ainda que o pavilhão desportivo de Salto é uma obra que serve de bandeira uma vez que estamos num ano de eleições.

Disse que a ponte da estrada da Borralha já deveria estar feita, mas parece que só para o ano é que o vai ser. A estrada que liga Lodeiro D'Arque aos limites do concelho foi pedida por ele, a bancada riu-se do pedido, mas o que importa é que a obra está feita e agora não entende porque é que aparece no plano.

Falou da água de Amiar que apenas aparece agora no plano como intuito de justificar algum empréstimo e disse que é normal que o Senhor Presidente diga que já falou em certas obras, mas com o desfasamento que tem entre a altura em que fala e a altura em que executa, é normal que haja alguma distorção.

O deputado Paulo Cruz disse que este ano o PSD não cometeu a mesma trapalhada do ano passado, de apresentar, fora de horas, propostas populistas para sustentarem o seu voto contra, mas a coerência e a carência são gritantes pois nada têm a propor à região. Disse que, para além do seu voto crónico, o do contra, gastaram o seu folhetim demagógico, a pouco tempo das eleições. Disse que era um claro sinal de que não há alternativa a este executivo.

Em relação às opções do plano, disse que este vem em consequência dos outros. Tem um variado leque de actividades que passam por todas as áreas essenciais e tem uma abrangência a todo o concelho. Reforçado pela execução dos planos anteriores, este plano de actividades só pode ter, por parte de quem tenta melhorar a qualidade de vida dos barrosões, um único sentido de voto, o da aprovação.

Lançou um repto ao deputado Luís Carril para que este vote a favor deste plano para assim ter responsabilidade nas obras que são feitas em Salto porque senão não vale a pena dizer que faz, quando aqui tem a oportunidade de votar a favor, vota sempre contra.

O deputado Fernando Calvão disse que, em termos de discussão de plano, o colega deputado Cascais foi sobejamente eloquente de maneira que estava totalmente de acordo e que não valeria a pena ser-se repetitivo. Realçou e recordou ao Presidente da Câmara que não viu referida a colocação de tapete betuminoso entre Solveira e Serraquinhos e julga que é muito importante para ambas as aldeias.

Disse que foi com agrado que recebeu a notícia da reedição do almanaque do Dr. Vítor Branco. Pensa ser uma crónica importante de uma fase da vida municipal em que há pouca documentação.

Disse que um aspecto que o deixou preocupado é a pretensão do executivo mexer no edifício da Câmara pois é um edifício dos anos 20 e seria muito melindroso mexer num edifício com estas características. Da mesma forma, falou do parque subterrâneo dos carvalhos. Os carvalhos são o ex-libris da vila e que, desta forma, era de pensar noutras oportunidades pois, por ser um assunto melindroso, devia ser objecto de discussão pública e, assim, entrega a seguinte proposta:

“1- Considerando a proposta orçamental do Executivo Camarário, que visa a alteração da configuração arquitectónica do Edifício dos Paços do Concelho, que é um edifício simples, equilibrado e característico do 1º quartel do Sec. XX;

2- Considerando ainda a proposta de construção de um parque subterrâneo nas traseiras dos Paços do Concelho (carvalhos), congestionando ainda mais o trânsito no centro da vila, havendo outras alternativas viáveis para isso;

Proponho que estes dois factos sejam objecto de uma ampla discussão pública, antes de se iniciarem os trabalhos.

Montalegre, 17/12/2004
Assina, Fernando Calvão”

Terminou a sua intervenção dizendo que, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara disse, ele próprio disponibilizou a vontade do PSD em votar favoravelmente o empréstimo para a aquisição do Cerrado.

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que deviam ler o documento e anexo ao plano onde se diz o que é para fazer, o que se vai fazer se houver dinheiro o que se vai candidatar aos fundos comunitários para que depois toda a gente se entenda e não se façam críticas de má fé. Disse que de uma forma mais clara e de uma forma como nunca se fez, aparece no final do plano uma relação de obras a concluir, a iniciar brevemente, obras a lançar concurso e implementação de projectos e candidaturas. Disse que o plano deve deixar alguma margem de manobra para gerir porque é um instrumento de gestão e de trabalho que pode ser alterado legalmente e isto compete ao executivo e ao Presidente. E que não quer falar do insolente termo de “gestão de bolso”, referido por um deputado.

Disse que não há aumento de 16% no plano, nem no orçamento pois o orçamento do ano passado foi aprovado e na aprovação disse que provavelmente havia obras que seriam introduzidas novamente no plano deste ano e este foi revisto e reforçado. Assim, disse que não nos podemos reportar ao plano inicial, mas sim à revisão que esta mesma Assembleia aprovou.

Disse que é verdade que o plano está empolado, mas ele não promete realizar 20 e tal milhões de euros. Promete é fazer as obras lá discriminadas.

Disse que as despesas e receitas correntes têm uma aproximação à realidade e que se pode comparar com o documento entregue anteriormente, que é a situação financeira. Havia uma previsão de receitas correntes de 750 mil euros para impostos directos e vai diminuir pois prevêem-se 600 mil euros, mas, mesmo assim, está 89.8 realizado o que, nesta altura, se aproxima muito da realidade. A Câmara, nesta altura do ano, tem uma realização de 266 mil euros e só se prevê aqui uma realidade para 2005, de 261 mil euros.

Nas despesas correntes há uma realização de 81%, o que quer dizer que estão previstas conforme a realidade; na aquisição de bens e de serviços houve uma previsão e não se gastou dinheiro nenhum; as transferências correntes tiveram uma previsão tão acertada que estamos a 88.7%; temos subsídios que estão a 100% e temos outras despesas correntes que ficaram muito abaixo. Daqui depreende-se que as receitas correntes são previstas com rigor porque a lei impõe isso. Disse que há um empolamento, mas é em relação às receitas de capital. Se se faz candidaturas e se se tem perspectivas de fazer a obra tem que se dotar com dinheiro para fazer a cabimentação e arrancar com a obra, mesmo que esse dinheiro não seja gasto.

Em relação à insinuação feita sobre a EHATB, disse que esta é uma empresa privada, que as Câmaras têm lá a sua representação e que todos os municípios têm lá interesses. Foram à América, mas não foram passear, foram visitar milhares de transmontanos pois sente-se mais o que é ser português quando se está lá fora.

Todos os Presidentes de Câmara do Alto Tâmega combinaram ir à festa da comunidade transmontana pois é obrigação de um autarca representar os seus munícipes e foram ainda a Denver visitar um complexo de energias alternativas. Disse que foi a EHATB que pagou as despesas das viagens, mas foram em serviço da EHATB e do Município. Isto é, se não fosse a EHATB a pagar, pagaria a Câmara. Sobre os vencimentos, disse que fizeram mais uma insinuação insolente pois ele não recebe vencimento nenhum da EHATB, assim como, quando esteve no Conselho de Administração da PESL, também

não recebeu nada. Disse que havia apenas uma pessoa que recebia dinheiro, mas justamente, pois é o que mais merece, o ex-presidente da Câmara de Ribeira de Pena, titular do alvará que ele próprio comprou por 5 mil contos, pô-lo à disposição de todas as Câmaras do Alto Tâmega, sugeriu o investimento, que foi apadrinhado pelo Eng^o Braga da Cruz, e desta forma é mais do que justo que o ex- autarca ficasse ligado aos empreendimentos onde trabalha. Pode-se dizer que é uma empresa bem gerida. Os membros do Conselho de Administração, se trabalham, ganham o que a lei permite e, se houver autarcas, apenas podem ganhar o diferencial dos 50% da Câmara até ao limite de 75% do Presidente da República.

Sobre o IMI, disse que há realmente um decréscimo comparativamente com o ano passado e que tem que se ver o que se passa.

Sobre as remunerações certas e permanentes, disse que não há gastos descomedidos. Está tudo claro e que não se pode fazer demagogia.

Sobre os novos quadros, disse que há 15 a 20 vagas que não vão ser preenchidas, mas não se sente limitado. Quando tiver que meter alguém, mete, com consciência e porque faz falta. Um quadro também tem limitações legais para que se tenha as chefias de acordo com o que é obrigatório num funcionamento de uma autarquia.

Respondeu ao deputado Acácio Gonçalves e disse que este tinha sido mais benévolo nas insinuações, falou em saco azul em vez de gestão de bolso mas se houvesse era um saco cor de rosa e tinha de ser fraco pois 15 mil euros é uma verba insignificante. Esclareceu que esses 15 mil euros são referentes a uma verba residual para que, se houver uma iniciativa excepcional de uma Associação, se possa apoiar. Mas tem que ser sempre com a aprovação da Câmara, pelo que não se esconde nada apenas de dota o plano dos mecanismos indispensáveis.

Disse que a estrada da Solveira a Serraquinhos está no plano, mas não é prioritária e que só se faz se for aprovado o financiamento do AGRIS.

Disse que as apreciações arquitectónicas do deputado Calvão são de ter em conta, mas quem está a fazer o esboço de alteração do espaço da Câmara merece reconhecimento e é um dos melhores arquitectos do país e com certeza há sensibilidade dos responsáveis para não estragar este edifício tão representativo.

O aumento com despesas de pessoal, referido pelo deputado Cascais, relativamente a “outros”, não corresponde à realidade. Ou há engano ou há má fé ou ignorância pois aparece num quadro resumo a verba de 665 mil euros na rubrica “outros”. E se fizer uma leitura séria, correcta e competente, na parte de trás vê-se que isso diz respeito à rubrica 07010309 que depois aparece explicada e que tem lá discriminado- Biblioteca Municipal – equipamentos; Arquivo Municipal; Centro Cultural de Salto – Equipamentos; Ecomuseu de Barroso- Núcleo Central; Apoio para Conservação do Património religioso, cultural e histórico. Disse que desta forma, é competente fazer uma crítica global e é incompetente ou de má fé, fazer uma crítica demagógica e sem fundamento. Disse ainda que o Presidente da Câmara tem as suas competências, exerce-as e não há uma única obra que não seja questionada e questionável. O Plano é transparente e cumpre as regras da contabilidade pública.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais e Luís Carril.

O deputado António Cascais disse que nunca conheceu o senhor Presidente da Câmara como estudante, pois andaram em campos diferentes, e não sabia quais eram as suas capacidades em Matemática, mas presume que tem dotes intelectuais normais. Assim, se até ao dia 13/12/2004, esta Câmara gastou com pessoal 2 milhões 894 mil 546 euros, previsivelmente irá gastar, nestes 18 dias, um mês de salários com funcionários que,

esticados, podem ir aos 3 milhões e 100 mil euros. Se a estes fizermos uma diferença para os 3 milhões 805 mil e 900 euros que o Presidente prevê no orçamento, dá uma diferença de 705 mil euros e isto dá uma diferença de 22%.

Disse que o Presidente explicava o empolamento das verbas, mas, as informações do POCAL são em termos de documentos contratados, ou contratos- programa, mas nem essas conhecia, talvez por lapso da Assembleia, mas não recebeu tal documento onde é explicado o plano e orçamento.

Em relação à EHATB, disse que o Presidente da Câmara o percebeu mal pois não está em causa o conselho de administração. Apenas disse que começam a ser demais as viagens por conta da empresa em causa e que se utiliza a mesma para se esconderem outras coisas e a crítica não é tanto no que se refere a este concelho pois existem pretensos administradores que se aproveitam da situação. Referiu que esta era informação dada por socialistas que disseram que há consultores que estão a deixar algumas empresas para passarem para a EHATB. Isto não quer dizer que seja verdade ou que esteja a incriminar os partidos A ou B, mas salienta toda a leviandade com que se tratam certos assuntos. Disse que não se pode aceitar que a empresa em causa, para não pagar tantos impostos, gaste o dinheiro em festas político- partidárias. Disse que estava a “bater” mais nele do que em outros, mas o que conta são os princípios da dignidade e credibilidade.

O deputado Luís Carril realçou o facto do Presidente da Câmara ter sido dito por um deputado da bancada socialista que se deveria votar o plano pelas obras que cada um tem em cada freguesia, mas o Presidente da Câmara, numa Assembleia anterior, disse que a crítica não é competente se não se olhar ao global.

Falou da verba para as actividades culturais que aumentou e disse que concordava mas desde que bem geridas pois num fim-de-semana houve três acções diferentes, em Pitões, Montalegre e Tourém, todas a decorrer com o apoio da Câmara, todas a decorrer à mesma hora e seria preferível desmultiplicar isto por mais dias tendo, assim, mais animação por todo o concelho.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes dizendo que se não fosse a EHATB a pagar a viagem, e apenas a viagem, dos Presidentes de Câmara, quem pagava era a Câmara. Realçou que se se esbanjasse dinheiro em impostos iriam dizer que a empresa era mal administrada. A EHATB tem lucros, tem possibilidade de fazer despesas legais, representativas das Câmaras e, dessa forma, atenuar as suas consequências fiscais. Constituiu-se uma empresa privada para que se tenha mais flexibilidade e mais lucros, para que se possa dividir o dinheiro pelas Câmaras. Disse ainda que não há nenhum técnico nem consultor a receber dinheiro, a não ser o ex-Presidente da Câmara de Ribeira de Pena que ali trabalha.

Disse que a EHATB fez muitas intervenções a favor das Câmaras sem ter vindo dinheiro nenhum para a Câmara, mas foi como se tivesse vindo. Quando foi necessário realizar o capital social para a empresa dos lixos, numa altura em que as Câmaras andavam a contar os tostões, foi a EHATB que foi parceira da RESAT e que pôs lá dinheiro. Se não fosse a EHATB, tinham que ser as Câmaras e se com isso as autarquias cumprem as suas obrigações, resolvem os problemas e ganham dinheiro ao FISCO, não se pode dizer que é má gestão. Fez-se o mesmo para as águas de Trás-os-Montes, para a cartografia digital e tem-se feito algumas intervenções que são legais e deste ponto de vista não há razão nenhuma para transformar esta empresa em motivo de guerrilha, de luta ou de inveja.

Posta a votação, a proposta apresentada pelo deputado Fernando Calvão foi rejeitada com trinta e um votos contra, vinte a favor e duas abstenções.

Deliberação: posta a votação a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, 11 votos contra e três abstenções.

4. Empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante máximo de 655.000.00 euros, destinado a financiar projectos com comparticipação de fundos comunitários, conforme enquadramento constante do despacho conjunto n.º: 177/2004, dos Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente/ Acta de abertura das propostas/ acta de análise das propostas/ proposta de adjudicação do empréstimo;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril disse que, de acordo com os vereadores da Câmara, a bancada PSD votou contra pelas razões já referidas para manter a coerência.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que é um empréstimo autorizado pelo Governo para investimentos financiados pelos fundos comunitários e que ainda tem possibilidade de ter financiamento do próprio juro.

Deliberação: posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria com seis votos contra e cinco abstenções.

5. Proposta de alteração ao quadro de pessoal privativo do Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos e Luís Carril.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que se deve regularizar o quadro de pessoal visto que há muitos lugares vagos, desde que sejam ocupados com gente competente pois isso é do que o concelho precisa.

O deputado Luís Carril perguntou, em relação aos operários no quadro de pessoal semi-qualificado, porque é que no quadro anterior estavam agrupados 4 e neste novo quadro são separados 2 a 2.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que no quadro de pessoal semi-qualificado havia um lapso porque há dois funcionários a exercer funções por razões e despacho excepcionais, mas não ocupam lugar no quadro e, na altura em que se fez a listagem, foram incluídos como se estivessem no quadro. É um despacho especial, com razões especiais, ganham por isso, mas não ocupam o lugar. Houve essa alteração, há dois lugares providos efectivamente e mais dois lugares vagos, embora, em exercício, estejam ocupados.

Deliberação: posta a votação a proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

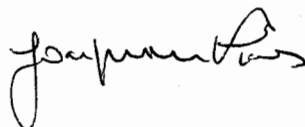
PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

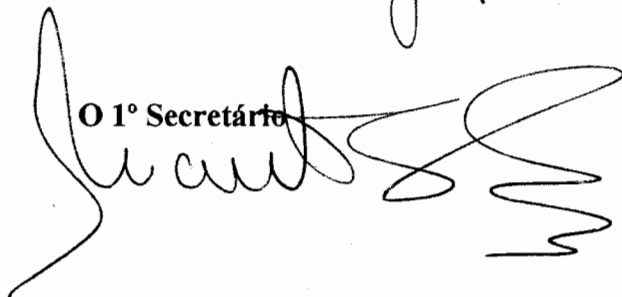
Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



O 1º Secretário



O 2º Secretário

